



Conselho de Arquitetura
e Urbanismo de São Paulo

CONCURSO PÚBLICO

006. PROVA OBJETIVA

ADVOGADO – SÃO PAULO

(OPÇÃO: 025)

- Você recebeu sua folha de respostas, este caderno, contendo 60 questões objetivas, e o caderno de prova prático-profissional (peça processual).
- Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição desse caderno.
- Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- A duração das provas objetiva e prático-profissional (peça processual) é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas e para a transcrição do texto definitivo.
- Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridas 3 horas do tempo de duração das provas.
- Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue suas provas, assinando termo respectivo.
- Ao sair, você entregará ao fiscal o caderno de prova prático-profissional (peça processual), a folha de respostas e este caderno.
- Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.

Nome do candidato

RG

Inscrição

Prédio

Sala

Carteira

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto a seguir para responder às questões de **01** a **05**:

As cidades que decidiram banir o Airbnb

Em 2024, o prefeito de Barcelona, na Espanha, Jaume Collboni, anunciou seus planos de proibir aluguéis de imóveis de curto prazo na cidade, a partir de novembro de 2028. A decisão pretende solucionar o que Collboni descreve como “o maior problema de Barcelona” — a crise de moradia que retirou moradores e trabalhadores do mercado habitacional, devido aos altos preços dos imóveis. A medida irá devolver ao mercado de moradia os 10 mil apartamentos destinados atualmente a aluguel de curto prazo.

Barcelona não é a única cidade a criar regulamentações rigorosas — ou até proibições — para os aluguéis de curto prazo. Desde setembro de 2023, é ilegal alugar apartamentos por curto prazo em Nova York, nos Estados Unidos, a menos que o proprietário tenha domicílio na cidade e esteja presente no imóvel quando ele for alugado. Essa medida também foi tomada para reduzir a crise habitacional da cidade.

A capital alemã, Berlim, proibiu os aluguéis de curto prazo já em 2014. Eles retornaram em 2018, com sérias restrições. Também muitas cidades litorâneas da Califórnia, nos Estados Unidos, incluindo Santa Mônica, proíbem ou impõem fortes restrições aos aluguéis de curto prazo.

Todo esse movimento faz parte de uma questão mais ampla: quem se beneficia com o turismo e onde fica o equilíbrio entre os benefícios para os turistas e para os moradores locais. O mercado de aluguel de curto prazo desregulou enormemente o setor do turismo. São oferecidas acomodações flexíveis em cidades de todo o mundo, com a promessa de “morar como um habitante local”, que os hotéis não conseguem atender.

Mas por que os responsáveis pelo turismo e os conselhos municipais recorrem a proibições? O real motivo talvez não seja apenas questão de números, mas a forma como os moradores locais se sentem em relação ao turismo. Em cidades lotadas de turistas, os moradores locais são rotineiramente excluídos do mercado habitacional, devido aos altos preços. Eles são forçados a morar em carros ou enfrentar horas de transporte para trabalhar todos os dias. Nessa situação, parece imensamente injusto encontrar cidades tomadas por imóveis para aluguel de temporada, que permanecem fechados na maior parte do ano e poderiam beneficiar os moradores locais.

(BBC, “As cidades que decidiram banir o Airbnb”. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cw8y78j41z4o>. Adaptado)

01. De acordo com as informações do texto, a crise habitacional mencionada explica-se

- (A) pela incapacidade dos governos das grandes cidades de desburocratizar a locação de moradias, o que faz com que a população local de baixa renda se submeta a locações de curto prazo.
- (B) pela dificuldade do setor hoteleiro de absorver a alta demanda turística das grandes cidades, o que faz com que os moradores locais se sintam motivados a locar suas residências aos turistas.
- (C) pela redução de moradias disponíveis para a população local e o consequente aumento no preço dos imóveis, já que muitos foram destinados a aluguéis de curto prazo para turistas.
- (D) pelos altos preços de aluguéis de imóveis praticados nas cidades, os quais decorrem das recentes proibições governamentais de locação de curta temporada em regiões turísticas.
- (E) pelo aumento da oferta de imóveis residenciais nas áreas periféricas, o que teria provocado a queda dos preços e a preferência dos moradores locais por hospedagens temporárias mais centralizadas.

02. Considere as passagens a seguir:

- “As cidades que decidiram **banir** o Airbnb” (título)
- “... ou **enfrentar** horas de transporte para trabalhar todos os dias.” (5º parágrafo)

Preservando o sentido do contexto em que estão inseridos, os termos destacados podem ser substituídos, respectivamente, por:

- (A) eliminar; criticar.
- (B) restituir; confrontar.
- (C) regulamentar; disputar.
- (D) vetar; suportar.
- (E) exilar; evadir.

03. As aspas e o travessão presentes no 1º parágrafo foram empregados, respectivamente, para

- (A) indicar uma ironia e introduzir uma conclusão, podendo o travessão ser substituído por vírgula.
- (B) indicar o sentido de uma expressão e introduzir uma consequência, podendo o travessão ser substituído por ponto e vírgula.
- (C) destacar uma citação e introduzir uma explicação, podendo o travessão ser substituído por dois-pontos.
- (D) introduzir uma fala e destacar uma expressão fora do contexto, podendo o travessão ser substituído por aspas.
- (E) indicar o sentido figurado da expressão e destacar uma especificação redundante, podendo o travessão ser substituído por parênteses.

04. Considere os trechos a seguir.

- “Barcelona não é a única cidade a criar regulamentações rigorosas — ou **até** proibições...” (2º parágrafo)
- “... os moradores locais são **rotineiramente** excluídos do mercado habitacional, **devido aos** altos preços.” (5º parágrafo)

As expressões destacadas indicam, respectivamente, circunstâncias de

- (A) espaço, intensidade e consequência.
- (B) inclusão, modo e causa.
- (C) espaço, modo e consequência.
- (D) tempo, modo e causa.
- (E) inclusão, intensidade e consequência.

05. Assinale a alternativa que está redigida em conformidade com a norma-padrão da língua portuguesa.

- (A) Atualmente alugam-se apartamentos, para atender ao setor de turismo, voltado as estadias de curta temporada.
- (B) Atualmente se alugam apartamentos, para atender o setor de turismo, voltados às estadias de curta temporada.
- (C) Atualmente aluga-se apartamentos, para atender no setor de turismo, voltado às estadias de curta temporada.
- (D) Atualmente se aluga apartamentos, para atender o setor de turismo, voltados às estadias de curta temporada.
- (E) Atualmente alugam-se apartamentos, para atender no setor de turismo, voltado as estadias de curta temporada.

MATEMÁTICA

06. Na faixa de pedestre de maior movimentação em uma cidade, entre 8h e 16h é estimado que, a cada vez que o semáforo indica permissão para o pedestre atravessar (boneco verde), 37 pessoas atravessam a rua do lado par para o lado ímpar, e 48 pessoas atravessam do lado ímpar para o lado par.

De acordo com essa estimativa, se no período considerado 10.200 pessoas atravessaram essa faixa, quantas pessoas foram do lado par da rua para o lado ímpar?

- (A) 3.885
- (B) 4.070
- (C) 4.255
- (D) 4.440
- (E) 4.625

07. No início de maio de 2026, apenas uma parte dos 588 funcionários de uma empresa já havia feito o treinamento de prevenção e combate a incêndio, obrigatório para todos os funcionários. Durante esse mês, fizeram o treinamento 40% dos funcionários que ainda não tinham feito, de maneira que, ao fim desse mês, o número total de funcionários que já haviam realizado o treino era o triplo daqueles que ainda não haviam feito.

No fim de maio de 2026, o número de funcionários que ainda necessitavam realizar o treinamento era

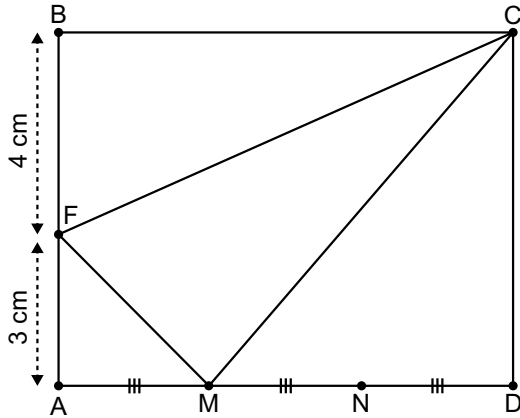
- (A) 147
- (B) 156
- (C) 165
- (D) 174
- (E) 183

08. Em um parque, uma lagoa se esvazia e se enche de água regularmente. Com a lagoa vazia, um fluxo de água começa a enchê-la, o qual é interrompido quando ela fica cheia, e, logo em seguida, a lagoa volta a se esvaziar. Entre a lagoa começar a receber água, ficar cheia e se esvaziar, passam-se 15 minutos. Após a lagoa ficar vazia, passam-se 20 horas até que o processo recomece, ou seja, a lagoa voltar a receber o fluxo de água.

Certo ano, no dia 16 de junho, essa lagoa começou a receber o fluxo de água às 6h. Nesse mês de junho, a última vez que essa lagoa começou a receber água foi no dia 30 às

- (A) 6h.
- (B) 9h45.
- (C) 11h.
- (D) 12h30.
- (E) 14h15.

09. Sobre os lados de um retângulo ABCD estão os pontos F, M e N, conforme mostra a figura a seguir, de maneira que $AM = MN = ND$:



Sabendo que a área do triângulo CDM é 21 cm^2 , a área do triângulo CFM é

- (A) 19 cm^2 .
 (B) $19,5 \text{ cm}^2$.
 (C) 20 cm^2 .
 (D) $20,5 \text{ cm}^2$.
 (E) 21 cm^2 .
10. Alberto, Frede e Jorge nasceram em três países distintos, que são, não necessariamente nessa ordem, Alemanha, Grécia e Polônia. Quando esses três amigos estão juntos, suas falas têm a seguinte característica: se a fala contiver o nome do país em que o locutor nasceu, então a fala é verdadeira; caso contrário a fala é falsa. Considere o seguinte diálogo que esses rapazes tiveram:
- Alberto: — eu nasci na Alemanha.
 Frede: — Jorge não nasceu na Polônia.
 Jorge: — Frede nasceu na Alemanha ou na Polônia.
 Alberto: — Jorge já esteve na Grécia e nunca esteve na Polônia.

Os países em que nasceram Alberto, Frede e Jorge são, respectivamente,

- (A) Alemanha, Grécia e Polônia.
 (B) Alemanha, Polônia e Grécia.
 (C) Grécia, Polônia e Alemanha.
 (D) Polônia, Alemanha e Grécia.
 (E) Polônia, Grécia e Alemanha.

11. Considere uma pasta no Microsoft Windows 11, exibida no Explorador de Arquivos, ambos na configuração original, com o seguinte conteúdo:

Nome	Data de modificação	Tipo
 Documentos	16/05/2026 11:26	Pasta de arquivos
 Controle	12/06/2025 10:03	Documento de Texto
 Dados	16/05/2026 11:28	Planilha do Microsoft Excel
 Formulário	16/05/2026 11:28	Documento do Microsoft Word
 Imagem	16/05/2026 11:28	Arquivo BMP

Assinale a alternativa que apresenta ações que podem ser executadas com sucesso pelo usuário dentro dessa pasta apresentada, considerando que esse mesmo usuário possui todas as devidas permissões no Windows.

- (A) Criar uma nova pasta chamada Formulário e criar um novo documento de texto chamado Documentos.
- (B) Criar um novo documento do Word com o nome Formulário e criar uma nova pasta de arquivos com o nome Controle.txt.
- (C) Criar uma nova pasta de arquivos com o nome Documentos e criar uma nova planilha do Excel com o nome Dados.
- (D) Criar um novo documento de texto chamado Dados e criar um novo arquivo BMP chamado Imagem.
- (E) Criar uma nova pasta e um novo arquivo Word, ambos com o nome Documentos.
12. Considere uma tabela de 3 linhas e 2 colunas, criada no Microsoft Word 2016, em sua configuração padrão, com o seguinte conteúdo e formatação de texto:

Horizonte	Engrenagem
<u>Satélite</u>	<u>Miragem</u>
<u>Relâmpago</u>	<u>Mosaico</u>

A palavra Horizonte não possui nenhuma formatação. A palavra Engrenagem está formatada em negrito, apenas. A palavra Satélite está formatada como sublinhado, apenas. A palavra Miragem está formatada em negrito e sublinhado. A palavra Relâmpago está formatada em negrito, itálico e sublinhado. A palavra Mosaico está formatada em itálico e sublinhado.

Assinale a alternativa que indica o resultado quando o usuário seleciona todas as colunas e linhas dessa tabela e clica no ícone Negrito, da aba Fonte, da guia Página Inicial.

- (A) Todas as palavras perdem todas as formatações de sublinhado e itálico, e ficam apenas com formatação em negrito.
- (B) Todas as palavras perdem a formatação em negrito, mas mantém as demais formatações de sublinhado e itálico.
- (C) Apenas a palavra Horizonte passa a ficar em negrito, porque era a única sem nenhuma formatação, e as demais palavras não são alteradas.
- (D) As palavras Horizonte, Satélite e Mosaico passam a ficar em negrito, enquanto as palavras Engrenagem, Miragem e Relâmpago perdem a formatação em negrito.
- (E) Todas as palavras ficam em negrito e as demais formatações pré-aplicadas de sublinhado e itálico são mantidas.

13. Considere a seguinte planilha, criada no Microsoft Excel 2016, em sua configuração original:

	A	B
1	abcde	5
2	abc	3
3		1
4	abc300	

A célula B1 contém a função =NÚM.CARACT(A1). A célula B2 contém a função =NÚM.CARACT(A2). A célula B3 contém a função =NÚM.CARACT(A3). A célula B4 não contém nenhuma função.

Assinale a alternativa que explica a razão de B3 conter 1 e o resultado que será apresentado em B4 ao se inserir a função =NÚM.CARACT(A4).

- (A) A célula A3 está vazia e a função NÚM.CARACT sempre retorna no mínimo 1, para evitar resultados nulos em cálculos de texto. O resultado de B4 será 3.
- (B) A célula A3 contém um espaço em branco digitado pelo usuário, e a função NÚM.CARACT conta esse espaço como um caractere. O resultado de B4 será 6.
- (C) A célula A3 contém um texto maior do que o tamanho da célula, ocasionando uma quebra de parágrafo que não o exibe e gera um erro na função NÚM.CARACT, retornando assim 1. O resultado de B4 será #ERRO.
- (D) A célula A3 contém um espaço em branco digitado pelo usuário, e a função NÚM.CARACT conta esse espaço como um caractere. O resultado de B4 será #ERRO.
- (E) A célula A3 está vazia e a função NÚM.CARACT considera células vazias como contendo um caractere nulo invisível, retornando 1 por padrão. O resultado de B4 será 6.

14. Usando o serviço de correio eletrônico Gmail, em sua configuração padrão, Gustavo preparou e enviou uma mensagem com as seguintes características:

De: Gustavo
Para: Ana
Cc: Bruno
Cco: Carlos

Considerando que a mensagem foi enviada e recebida por todos os destinatários com sucesso, Ana e Bruno _____ que Carlos também recebeu o email. Carlos, ao selecionar a opção Responder a todos nesse email recebido de Gustavo, terá um novo email preparado pelo Gmail, automaticamente _____. Bruno, ao selecionar a opção Encaminhar nesse email recebido de Gustavo, terá um novo email preparado pelo Gmail, automaticamente _____.

Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas do texto.

- (A) sabem ... preenchendo Gustavo e Ana no campo Para, Bruno no campo Cc e Cco vazio ... deixando os campos Para, Cc e Cco vazios.
- (B) não sabem ... preenchendo Gustavo no campo Para e deixando os campos Cc e Cco vazios ... preenchendo Gustavo e Ana no campo Para e Carlos no campo Cco
- (C) não sabem ... preenchendo Gustavo e Ana no campo Para, Bruno no campo Cc e Cco vazio ... deixando os campos Para, Cc e Cco vazios.
- (D) sabem ... preenchendo Gustavo no campo Para e deixando os campos Cc e Cco vazios ... preenchendo Gustavo e Ana no campo Para e Carlos no campo Cco
- (E) não sabem ... preenchendo Gustavo e Ana no campo Para e deixando os campos Cc e Cco vazios ... deixando os campos Para, Cc e Cco vazios.
15. Em uma reunião em andamento no Microsoft Teams, em sua configuração original, em que todos os participantes são da mesma organização e sem nenhuma política restritiva, o organizador silenciou um dos participantes. Isso significa que esse participante:

ficou com o microfone _____.

_____ compartilhar sua tela.

_____ ver a tela compartilhada por outro participante.

_____ pode escrever no chat, _____ ver o chat.

Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas do texto.

- (A) em mudo ... não pode ... pode ... não pode pode
- (B) em mudo ... pode ... não pode ... não pode pode
- (C) ativado ... pode ... pode ... não pode não pode
- (D) em mudo ... pode ... pode ... pode pode
- (E) ativado ... pode ... pode ... não pode pode

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

16. Considere que o Procurador-Geral da República (PGR) apresentou, na última sexta-feira, proposta de edição de uma súmula vinculante ao Supremo Tribunal Federal (STF), que trata sobre a interpretação de uma norma da Lei de Ação Civil Pública.

Com base na situação hipotética apresentada e no disposto na Lei da Súmula Vinculante (Lei nº 11.417/2006), é correto afirmar que

- (A) o PGR possui legitimidade ativa para propor a edição de súmula vinculante, o que também se aplica ao Município, desde que a proposta ocorra incidentalmente ao curso de um processo em que seja parte, o que autoriza a imediata suspensão do processo.
- (B) a proposta de edição de enunciado de súmula vinculante feita pelo PGR não autoriza a suspensão dos processos em que se discute a mesma questão.
- (C) sob pena de nulidade, é obrigatória a manifestação do PGR antes da edição da súmula vinculante, o que se aplica, inclusive, nas propostas que ele houver formulado.
- (D) o relator poderá admitir, por decisão recorrível por meio de agravo interno, a manifestação de terceiros na questão, desde que demonstrada a pertinência temática e relevância social.
- (E) modificada a lei em que se fundou a edição do enunciado de súmula vinculante, o STF, desde que mediante provocação do PGR, procederá à sua revisão ou ao seu cancelamento, conforme o caso.

17. A respeito da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF), assinale a alternativa que está de acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal.

- (A) A arguição de descumprimento de preceito fundamental é a via adequada para se obter a interpretação de súmula vinculante.
- (B) As decisões judiciais que ainda não transitaram em julgado não se enquadram na definição de “ato do poder público”, de forma que não se sujeitam ao controle concentrado de constitucionalidade via ADPF.
- (C) É parte legítima para a proposição de arguição de descumprimento de preceito fundamental a associação que congrega mero segmento do ramo das entidades das empresas prestadoras de energia elétrica.
- (D) Não é possível a conversão da arguição de descumprimento de preceito fundamental em ação direta de inconstitucionalidade, uma vez que não se aplica o princípio da fungibilidade, ainda que o erro não seja considerado como grosseiro.
- (E) ADPF pode ter por objeto as omissões do poder público, quer totais ou parciais, normativas ou não normativas, nas mesmas circunstâncias em que ela é cabível contra os atos em geral do poder público, desde que essas omissões se afigurem lesivas a preceito fundamental, a ponto de obstar a efetividade de norma constitucional que o consagra.

18. A respeito da eficácia e da aplicabilidade das normas constitucionais, assinale a alternativa correta.

- (A) Ruy Barbosa foi o primeiro jurista brasileiro que tratou sobre a eficácia das normas constitucionais. Com inspiração na doutrina inglesa, ele dividiu tais normas em autoaplicáveis, não autoaplicáveis e com autoaplicabilidade diferida.
- (B) Para Michel Temer, as normas de eficácia restrigível seriam aquelas que possuem adequada normatividade para produzir todos os efeitos jurídicos que delas se esperam, mas que, desde que por meio da edição de decreto legislativo, podem ter a aplicabilidade suprimida.
- (C) Meirelles Teixeira propôs uma classificação das normas constitucionais, dividindo-as em duas categorias distintas: a) normas de eficácia plena e; b) normas de eficácia limitada ou reduzida, e estas últimas poderiam ser normas programáticas e normas de legislação.
- (D) A Constituição Federal ainda é vista, majoritariamente, como um documento essencialmente político e, por isso, a efetividade de suas normas sempre dependeriam da atividade de conformação do legislador ou da discricionariedade administrativa, não existindo, assim, normas de eficácia plena.
- (E) Para J. J. Gomes Canotilho, como todos os direitos previstos em uma constituição estão sujeitos a restrições, em menor ou maior grau, não há razão jurídica para existir como categoria autônoma as normas de eficácia contida, afastando-se da doutrina constitucionalista alemã da força normativa da constituição.

19. Considere que foi publicada a Lei Municipal nº 1.234/2026 que proíbe o uso de linguagem neutra no âmbito escolar municipal.

Com base na situação hipotética e no disposto na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que a Lei Municipal nº 1.234/2026 é

- (A) inconstitucional, uma vez que usurpa a competência privativa da União para legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional.
- (B) constitucional, pois se restringe ao âmbito de determinado município, inserindo-se na permissão inserta no art. 30, I, da Constituição Federal.
- (C) inconstitucional, pois trata de matéria adstrita à competência concorrente da União e dos Estados e Distrito Federal.
- (D) constitucional, uma vez que a liberdade de cátedra é ampla e visa impedir a adultização precoce da infância.
- (E) constitucional, pois trata de matéria que está no âmbito da competência comum dos entes federativos, desde que comprovada a predominância de interesse do município.

20. Considere que no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado ABC houve uma série de mudanças no regimento interno sobre as normas que regem a eleição da mesa diretora. Previu-se (i) que a eleição da Mesa Diretora para o segundo biênio de cada legislatura ocorrerá até o encerramento da sessão legislativa do primeiro biênio, especificamente antes de outubro do ano anterior ao início do segundo biênio; (ii) que a idade do candidato será utilizada como critério de desempate, em caso de empates sucessivos na votação; (iii) que se admitirá única reeleição ou recondução, exceto se os mandatos consecutivos se referirem a uma legislatura diferente.

Com base na situação hipotética apresentada e no disposto na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que

- (A) todas as previsões são constitucionais, pois são compatíveis com os princípios republicano e democrático.
- (B) não se admite a utilização da idade como critério de desempate nas eleições da mesa diretora, pois se caracteriza como ofensa ao princípio da impessoalidade.
- (C) a última previsão é constitucional, pois não se aplica, no caso, o princípio da simetria e se atende à alternância de poder e a temporariedade.
- (D) o Poder Legislativo tem ampla autonomia institucional, mas é inconstitucional a antecipação de eleição da Mesa Diretora para o segundo biênio da legislatura, por violação aos princípios republicano e democrático.
- (E) todas as previsões são inconstitucionais, pois o Poder Legislativo Estadual não tem autonomia institucional para estabelecer qualquer norma que seja diferente do previsto na Constituição Federal.

21. A respeito do Tribunal de Contas, assinale a alternativa que está de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

- (A) O Conselho Federal e os Conselhos Seccionais da Ordem dos Advogados do Brasil estão obrigados a prestar contas ao Tribunal de Contas da União, sob pena da prática de improbidade administrativa.
- (B) Insere-se na competência do Tribunal de Contas a aptidão para examinar, previamente, a validade de contratos administrativos celebrados pelo poder público quando classificados como de grande vulto.
- (C) É ilegal e inconstitucional a desconsideração da pessoa jurídica pelo Tribunal de Contas da União, de modo a alcançar o patrimônio de pessoas físicas ou jurídicas envolvidas na prática de atos lesivos ao erário público, uma vez que tal medida se sujeita à cláusula de reserva de jurisdição.
- (D) É possível a decretação pelo Tribunal de Contas de indisponibilidade de bens de particulares responsáveis pela administração de dinheiro de origem pública, se constatados indícios de ilegalidades, exceto se eles também se submeterem à fiscalização de outras instâncias administrativas.
- (E) Norma estadual que confere ao Tribunal de Contas local a prerrogativa de determinar a realização de auditorias aos órgãos de controle interno de cada Poder é inconstitucional, pois viola o princípio da separação de Poderes e os sistemas de controle externo e interno.

22. Considere que Maria é proprietária de um terreno localizado na Zona Costeira e, por desatenção, ocasionou a poluição da área, ao descartar irregularmente o lixo orgânico de sua responsabilidade, provocando uma lesão ao meio ambiente.

Com base na situação hipotética apresentada, no disposto na Constituição Federal e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) Atualmente a Zona Costeira não é mais considerada como patrimônio nacional, de forma que a lesão ao meio ambiente provocada por Maria terá repercussão apenas na esfera administrativa.
- (B) Se Maria vier a ser condenada judicialmente pela reparação do dano ambiental, ainda que ele seja convertido em indenização por perdas e danos será imprescritível a pretensão executória e inaplicável a prescrição intercorrente.
- (C) Como Maria é pessoa física, a sua conduta lesiva ao meio ambiente a sujeitará exclusivamente a sanções penais, desde que previamente ela repare os danos causados.
- (D) A reparação do dano ao meio ambiente é imprescritível, desde que o agente causador seja uma pessoa jurídica.
- (E) Como Maria é pessoa física, a sua conduta lesiva ao meio ambiente a sujeitará exclusivamente a sanções administrativas e civis.

DIREITO ADMINISTRATIVO

23. Assinale a alternativa correta a respeito do poder de polícia administrativa.

- (A) Ele incide basicamente sobre atividades dos indivíduos e reveste-se de caráter eminentemente repressivo.
- (B) Qualquer ramo de atividade rende ensejo à sua intervenção, podendo incidir sobre direitos individuais como a liberdade e a propriedade.
- (C) Sua aplicação ocorre por meio de atos concretos e sanções, sendo-lhe vedados atos normativos de conteúdo genérico, abstrato e impessoal.
- (D) É dotada de autoexecutoriedade, podendo, inclusive, praticar atos de constrição de bens do particular na cobrança de multas.
- (E) Ele permite que se impeça a instalação de estabelecimentos comerciais do mesmo ramo em determinada área, com base em lei municipal.

24. Considerando a natureza jurídica do Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), a exemplo de outros conselhos de fiscalização profissional, segundo o entendimento atual do STF e a legislação vigente, é correto afirmar que o CAU possui, entre outras, as seguintes prerrogativas processuais:

- (A) prazo em quádruplo para contestar e em dobro para recorrer.
- (B) pagamento de suas dívidas judiciais por meio de precatórios.
- (C) impenhorabilidade de seus bens nos processos judiciais.
- (D) poder de cobrar anuidades atrasadas por meio de execução fiscal.
- (E) goza do prazo prescricional de 10 anos para cobrança de seus créditos.

25. Suponha que em determinado processo administrativo, regido pela Lei nº 9.784/1999, a autoridade responsável pela sua condução verifica que a sua esposa atuou nele como testemunha.

Nessa hipótese, é correto afirmar que

- (A) não é caso de impedimento ou suspeição, podendo a autoridade continuar conduzindo o processo.
- (B) a autoridade deverá comunicar a sua suspeição para atuar no caso e se afastar da condução do processo.
- (C) se constitui em hipótese legal de suspeição da autoridade, que, no entanto, precisa ser alegado pela parte.
- (D) se constitui em hipótese legal de impedimento da autoridade, que, no entanto, precisa ser alegado pela parte.
- (E) é obrigação da autoridade comunicar o seu impedimento, abstendo-se de atuar, sob pena de falta grave.

26. Determinado órgão público pretende fazer as seguintes contratações: serviço de engenharia no valor de R\$ 81.000,00 e serviço de publicidade e divulgação.

Nessa situação formulada, considerando as hipóteses legais de obrigatoriedade, dispensa e inexigibilidade de licitação, segundo o que dispõe a Lei Federal nº 14.133/2021, é correto afirmar que a primeira contratação

- (A) constitui hipótese de dispensa de licitação e para a segunda é vedada a inexigibilidade.
- (B) exige a licitação e a segunda configura hipótese de inexigibilidade de licitação.
- (C) e a segunda perfazem hipóteses expressas de dispensa de licitação pelo tipo de serviço.
- (D) pode ser feita diretamente por dispensa de licitação e a segunda por inexigibilidade.
- (E) exige a licitação e a segunda pode ser feita diretamente por ser caso de inexigibilidade.

27. Suponha que um determinado órgão público que realizará um leilão pretenda fazê-lo por intermédio de leiloeiro oficial.

Nessa situação, a Administração, nos moldes da Lei nº 14.133/2021, deverá selecioná-lo mediante

- (A) credenciamento ou licitação na modalidade pregão.
- (B) licitação na modalidade concurso.
- (C) dispensa de licitação.
- (D) licitação na modalidade diálogo competitivo.
- (E) chamamento público ou licitação por diálogo competitivo.

28. Considerando o disposto na Lei Federal nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) a respeito do acordo de leniência, é correto afirmar que

- (A) a sua celebração reduzirá em até 50% (cinquenta por cento) o valor da multa aplicável à pessoa jurídica investigada.
- (B) o acordo celebrado eximirá a pessoa jurídica da obrigação de reparar o dano causado se a celebrante identificar os demais envolvidos na infração investigada.
- (C) o acordo poderá ser celebrado se a pessoa jurídica cessar seu envolvimento na infração a partir da data da sua homologação em juízo.
- (D) em caso do seu descumprimento imotivado, a pessoa jurídica ficará impedida de celebrar novo acordo pelo prazo de 5 (cinco) anos.
- (E) a sua celebração interrompe a prescrição dos atos ilícitos previstos na Lei, e a rejeição da proposta não importará em reconhecimento da prática do ato ilícito investigado.

29. O Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) é proprietário de um imóvel onde se encontra atualmente instalado e no pleno exercício de suas atividades. Todavia, o Governador do Estado pretende expedir decreto de desapropriação do referido imóvel, para fins de utilidade pública.

Nessa situação hipotética, com relação ao mencionado decreto do Governador, é correto afirmar que

- (A) o imóvel poderá ser expropriado pelo Governador, desde que, realmente, atenda ao interesse público e seja depositado o valor real do imóvel em juízo.
- (B) a desapropriação poderia ser feita por decreto do Governador, mas não por motivo de utilidade pública, e apenas por necessidade pública urgente.
- (C) a pretendida desapropriação do imóvel do CAU não poderá ser efetivada por meio de decreto do Governador, tendo em vista o princípio da hierarquia federativa.
- (D) nenhum imóvel de propriedade do CAU pode ser objeto de desapropriação, tendo em vista que são considerados bens públicos inalienáveis.
- (E) o imóvel do CAU poderia, em tese, ser objeto de desapropriação pelo Governador, mas, no caso, por ser sede ativa do Conselho, o imóvel é insuscetível de desapropriação.

30. Em determinado processo judicial, de apuração de improbidade administrativa, o Ministério Público requereu ao juiz, em sua petição inicial, a decretação *in limine* de indisponibilidade de bens do réu, postulando que a medida venha a recair sobre valores depositados em caderneta de poupança e sobre um imóvel bem de família do demandado.

Considerando o disposto na Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992, com as alterações da Lei nº 14.230/2021) a respeito da matéria, é correto afirmar que

- (A) não poderá ser decretada a indisponibilidade de bens do réu, seja sobre o dinheiro, seja sobre bem imóvel, antes da sua oitiva.
- (B) é possível ao juiz decretar a indisponibilidade dos valores depositados em caderneta de poupança, sobre qualquer valor encontrado, até o limite do valor do dano, mas não poderá fazê-lo sobre o bem de família.
- (C) é vedada a decretação da indisponibilidade da quantia de até 40 (quarenta) salários mínimos depositados em caderneta de poupança e sobre o bem de família, salvo se comprovado que o imóvel seja fruto de vantagem patrimonial indevida.
- (D) é permitida a decretação de indisponibilidade da quantia depositada em caderneta de poupança, até o limite de 40 (quarenta) salários mínimos e, também, de forma excepcional, sobre o bem de família.
- (E) é possível ao juiz decretar a indisponibilidade dos valores depositados em caderneta de poupança, sobre qualquer valor encontrado, até o limite do valor do dano e, também, de forma excepcional, sobre o bem de família.

31. Assinale a alternativa cujo teor está em conformidade com a jurisprudência sumulada dos tribunais superiores no tocante ao processo administrativo disciplinar.

- (A) É vedada a “prova emprestada” no processo administrativo disciplinar.
- (B) É admissível segunda punição de servidor público, baseada no mesmo processo em que se fundou a primeira, desde que observados a ampla defesa e o contraditório.
- (C) É vedada a instauração de processo administrativo disciplinar com base em denúncia anônima.
- (D) A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar viola a constituição.
- (E) O excesso de prazo para a conclusão do processo administrativo disciplinar só causa nulidade se houver demonstração de prejuízo à defesa.

32. O juiz prolatou sentença fundamentada em fundamento fático-jurídico não debatido previamente pelas partes, sob o fundamento que se tratava de matéria cognoscível de ofício.

Acerca de tal conduta, pode-se corretamente afirmar que é

- (A) correta, pois compete ao juiz, em atenção ao princípio da primazia da decisão de mérito, decidir definitivamente a demanda, devendo conhecer as matérias de ordem pública de ofício.
- (B) correta, pois, de acordo com o princípio da razoável duração do processo, este deve ser encerrado, com decisão de mérito, o mais rapidamente possível, sendo dever do juiz considerar matérias de ordem pública cognoscíveis de ofício.
- (C) incorreta, pois qualquer matéria somente pode ser objeto de decisão se trazida pela parte interessada, sob pena de decisão nula *extra petita*.
- (D) incorreta, pois qualquer matéria somente pode ser objeto de decisão se trazida pela parte interessada, sob pena de decisão nula *ultra petita*.
- (E) incorreta, pois o juiz violou o princípio da não surpresa que veda a utilização de fundamento fático-jurídico não debatido previamente pelas partes, ainda que se trate de matéria cognoscível de ofício.

33. José propôs contra Pedro, no domicílio deste, Município de Sorocaba, ação que versa sobre direito real de imóvel localizado no Município de Campinas. Pedro, ao ser citado, não alegou a incompetência do juízo. Após sentença de procedência da ação proposta por José, alegou em sede de apelação a incompetência do juízo da comarca de Sorocaba.

Acerca do caso hipotético, pode-se corretamente afirmar que

- (A) a alegação de incompetência deveria ter sido apresentada como preliminar de contestação, não podendo ser reconhecida em sede de apelação.
- (B) somente por meio de exceção de incompetência a alegação poderia ter sido apresentada, estando a questão preclusa.
- (C) até a prolação de sentença de primeira instância, poderia ter sido a alegação de incompetência apresentada, não podendo ser conhecida em sede de apelação.
- (D) o Tribunal, em sede de apelação, poderá conhecer a alegação de incompetência e determinar a anulação da sentença.
- (E) a alegação improcede, pois o foro competente é, em regra, o domicílio do réu.

34. João propôs uma ação judicial contra a pessoa jurídica X. Em razão da ausência de confirmação, no prazo previsto em lei, do recebimento da citação eletrônica, foi realizada a citação por correio, no endereço da sede da pessoa jurídica, sendo recebida por Pedro, sem qualquer ressalva. Houve o decurso do prazo sem apresentação de contestação. Após, a pessoa jurídica X apresentou, intempestivamente, contestação, onde alegava, dentre outras matérias, que a citação recebida por Pedro é nula, pois este é um empregado encarregado da segurança da sede da pessoa jurídica, não tendo poderes de representação para o recebimento de citação.

Acerca do caso hipotético, pode-se corretamente afirmar que a citação realizada é:

- (A) válida, tendo em vista a teoria da aparência.
- (B) nula, devendo ser anulados todos os atos realizados após a citação.
- (C) anulável, cabendo à pessoa jurídica X comprovar o prejuízo, bem como a inexistência de poderes de Pedro.
- (D) válida, pois qualquer pessoa pode receber a citação na sede da pessoa jurídica, sendo inválida qualquer ressalva do recebedor.
- (E) válida, salvo se constar expressamente do contrato de trabalho de Pedro a vedação ao recebimento de citações.

35. Andre ajuizou uma ação contra Mateus, postulando a antecipação de tutela em caráter antecedente. O juiz deferiu a antecipação de tutela. Mateus não agravou da decisão que concedeu a antecipação de tutela, mas apresentou tempestivamente a contestação.

Acerca da antecipação de tutela deferida, considerando o entendimento mais recente do Superior Tribunal de Justiça,

- (A) estabilizou-se, tendo em vista a não apresentação do recurso de agravo de instrumento, devendo o autor ser intimado para aditar o pedido.
- (B) não se estabilizou, pois a contestação afasta a estabilização dos efeitos da tutela.
- (C) estabilizou-se, tendo em vista a não apresentação do recurso de agravo de instrumento, estando dispensado o autor do ônus de aditar o pedido.
- (D) estabilizou-se, salvo se a contestação tiver sido apresentada no prazo do agravo e postulada a aplicação do princípio da fungibilidade recursal.
- (E) não se estabilizou, pois somente a tutela antecipada requerida em caráter incidente pode se estabilizar.

36. Tendo em vista a Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça sobre o recurso de embargos de declaração, pode-se corretamente afirmar que

- (A) é vedado, em embargos de declaração, ampliar as questões veiculadas no recurso para incluir teses que não foram anteriormente suscitadas, salvo se matéria de ordem pública.
- (B) o erro material sanável nos embargos de declaração é aquele evidente, conhecível de plano, que não prescinde da análise do mérito, ou que diz respeito a incorreções internas do próprio julgado.
- (C) nos casos em que o órgão colegiado julga matéria submetida à sistemática da repercussão geral, admite-se, excepcionalmente, a oposição de embargos de declaração para atribuir-lhes efeitos modificativos, anular o acórdão embargado e determinar a devolução dos autos ao Tribunal de origem para exercer juízo de conformação após o julgamento do paradigma.
- (D) são cabíveis embargos de declaração contra despacho que determina a intimação da parte para regularizar o preparo recursal, pois tal ato possui natureza decisória.
- (E) diante da reiterada oposição de embargos de declaração meramente protelatórios, deve ser determinada a baixa dos autos à origem, precedida de publicação do acórdão recorrido e da certificação do trânsito em julgado.

DIREITO DO TRABALHO E DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

37. João, empregado urbano com jornada contratual de 8 horas diárias, laborou em determinado dia com prorrogação de 2 horas extras. O empregador concedeu intervalo intrajornada de apenas 40 minutos. Não existe acordo coletivo ou convenção coletiva disciplinando a matéria.

De acordo com a legislação do trabalho, assinale a alternativa correta.

- (A) O empregador deverá pagar apenas as 2 horas extras com adicional de 50%, não sendo devido qualquer pagamento pelo intervalo intrajornada suprimido.
- (B) O empregador deverá pagar as 2 horas extras com adicional de 50% e, cumulativamente, pagar os 20 minutos suprimidos do intervalo intrajornada acrescidos de 50% sobre o valor da remuneração da hora normal, de natureza indenizatória.
- (C) O empregador deverá pagar as 2 horas extras com adicional de 50% e, ainda, 1 hora integral como extra pelo intervalo intrajornada, também acrescida de 50%.
- (D) O empregador deverá pagar apenas os 20 minutos suprimidos do intervalo como hora normal, sem qualquer adicional, pois a prorrogação da jornada autoriza a redução proporcional do intervalo.
- (E) O empregador deverá pagar 1 hora integral de intervalo intrajornada com adicional de 50% e as 2 horas extras com adicional de 50%, sendo ambas as parcelas de natureza salarial.

38. Empregado com 4 anos de serviço em determinada empresa foi afastado por 45 dias para cumprimento de serviço militar obrigatório. Durante o afastamento, a empresa concedeu reajuste salarial de 8% a toda a categoria. Ao retornar, o empregado pleiteou a aplicação do reajuste e a contagem do período de afastamento como tempo de serviço para todos os efeitos legais.

Com base na literalidade da CLT, assinale a alternativa correta.

- (A) O empregado tem direito ao reajuste salarial, mas o período de afastamento para serviço militar não é computado como tempo de serviço para nenhum efeito legal.
- (B) O empregado tem direito a todas as vantagens atribuídas à categoria durante sua ausência, inclusive o reajuste salarial, e ao retorno ao emprego nas mesmas condições anteriores.
- (C) O afastamento para serviço militar viabiliza a alteração lícita do contrato de trabalho, autorizando o empregador a alterar a função do empregado ao seu retorno.
- (D) O contrato de trabalho fica suspenso durante o serviço militar, não sendo devidas quaisquer vantagens concedidas à categoria durante o afastamento.
- (E) O empregado só terá direito ao reajuste se houver previsão expressa em acordo coletivo, pois o afastamento por serviço militar interrompe o contrato de trabalho.

39. José, empregado contratado por prazo indeterminado, com 3 anos e 8 meses de serviço na mesma empresa, foi dispensado sem justa causa. O empregador determinou o cumprimento de 30 dias de aviso-prévio trabalhado, restando a proporcionalidade a ser paga de forma indenizada. No décimo dia de cumprimento do aviso, José comprovou por escrito ter obtido um novo emprego e solicitou a dispensa do trabalho no período restante.

Com base na legislação trabalhista e na jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho (TST), assinale a alternativa correta.

- (A) O empregado perde o direito ao aviso-prévio proporcional (9 dias) e aos dias restantes dos 30 dias regulamentares, configurando pedido de demissão tácito.
- (B) O empregado tem direito apenas ao aviso-prévio de 30 dias, pois a proporcionalidade de 3 dias por ano completo somente se aplica nos casos de pedido de demissão.
- (C) O empregado tem direito ao aviso-prévio total de 39 dias. Diante da comprovação do novo emprego, ele fica dispensado de trabalhar os dias restantes do aviso regulamentar, sendo vedado ao empregador realizar qualquer desconto sobre as verbas rescisórias a título de aviso-prévio não trabalhado.
- (D) O empregado tem direito ao aviso-prévio proporcional de 39 dias, mas o empregador poderá descontar das verbas rescisórias o valor correspondente aos dias que faltavam para o término do aviso-prévio trabalhado que o empregado deixou de cumprir.
- (E) O empregado tem direito ao aviso-prévio de 36 dias, devendo indenizar o empregador pela metade do período em razão de sua saída antecipada.

40. Mário ajuizou pessoalmente (sem assistência de advogado), por meio do serviço de atermção da Vara do Trabalho, reclamação trabalhista submetida ao rito ordinário, pleiteando verbas rescisórias decorrentes de dispensa imotivada. A petição inicial preencheu os requisitos do art. 840, § 1º, da CLT, sendo devidamente reduzida a termo, assinada e protocolada eletronicamente. Na audiência inaugural, Mário compareceu pessoalmente, desacompanhado de advogado. O reclamado, devidamente notificado, não compareceu à audiência, não apresentou defesa escrita no Processo Judicial Eletrônico (PJe) e nenhum advogado se fez presente para representá-lo.

Diante do caso hipotético e das regras do Processo do Trabalho, assinale a alternativa correta.

- (A) O *jus postulandi* das partes na Justiça do Trabalho, embora assegurado na instância ordinária, restou mitigado pela Lei nº 13.467/2017 (Reforma Trabalhista), que passou a exigir a indicação de valores liquidados na petição inicial (art. 840, § 1º, da CLT). Sendo tal liquidação ato privativo de profissional técnico habilitado, a petição inicial de Mário padece de vício de representação, o que obsta a aplicação dos efeitos da revelia ao réu.
- (B) Diante da ausência do reclamado e da falta de representação técnica do reclamante (*jus postulandi*), o juízo deve, *ex officio*, afastar os efeitos da confissão ficta e ordenar a produção de todas as provas necessárias à instrução processual, haja vista que o princípio da cooperação (art. 6º do CPC) e a busca da verdade real impõem ao magistrado o suprimento compulsório da assimetria técnica das partes.
- (C) O exercício do *jus postulandi* por Mário é válido em primeira instância, independentemente do rito processual adotado. O não comparecimento do reclamado à audiência inaugural, desacompanhado de patrono e sem contestação prévia no PJe, acarreta a revelia e a confissão ficta, cuja presunção de veracidade possui natureza relativa (*iuris tantum*) e pode ser elidida por prova pré-constituída, inexistindo obrigação de o magistrado determinar a produção de provas de ofício.
- (D) A revelia e a confissão ficta decorrentes da ausência do réu em audiência geram presunção absoluta de veracidade dos fatos alegados pelo autor (*iuris et de iure*), exceto se versarem sobre direitos indisponíveis, hipótese em que o juízo deverá converter o julgamento em diligência para sanar a representação processual do autor, suspendendo o feito até a nomeação de defensor dativo.
- (E) Conforme o entendimento sumulado do Tribunal Superior do Trabalho, o *jus postulandi* alcança as Varas do Trabalho e os Tribunais Regionais do Trabalho, estendendo-se às ações rescisórias e mandados de segurança quando decorrentes de dissídios individuais. Assim, embora válida a atuação de Mário, a confissão ficta não se aplica se a matéria fática demandar prova essencialmente documental.

41. Após o trânsito em julgado de sentença condenatória ao pagamento de R\$ 85.000,00, iniciou-se a fase de liquidação de sentença. O exequente apresentou memória de cálculos, a qual foi impugnada pelo executado. Posteriormente, o juiz homologou a liquidação por sentença.

Na fase de execução, após a garantia do juízo mediante penhora, a empresa executada opôs Embargos à Execução, alegando excesso de execução. Paralelamente, o sócio majoritário da empresa, que não integra o polo passivo da execução, opôs Embargos de Terceiro, sustentando que os bens constritos são de sua propriedade particular.

Com base no art. 884 da CLT e nas disposições do CPC aplicáveis subsidiariamente ao processo do trabalho, assinale a alternativa correta.

- (A) Os Embargos à Execução e os Embargos de Terceiro devem ser processados obrigatoriamente nos mesmos autos, em razão da identidade do objeto da execução.
- (B) Os Embargos de Terceiro somente são cabíveis após a alienação judicial dos bens penhorados.
- (C) Em regra, os Embargos à Execução podem ser opostos independentemente de garantia do juízo, desde que a matéria discutida seja exclusivamente de direito.
- (D) Os Embargos de Terceiro possuem natureza autônoma e devem ser processados em autos apartados dos Embargos à Execução.
- (E) A homologação da liquidação impede a discussão de excesso de execução em Embargos à Execução, ainda que haja erro material nos cálculos homologados.

42. Uma empresa pública prestadora de serviço público, integrante da Administração Pública indireta, contratou, mediante regular procedimento licitatório, empresa terceirizada para prestação de serviços contínuos. Após o encerramento do contrato, empregados da prestadora ajuizaram reclamações trabalhistas contra ambas as empresas e obtiveram condenação referente a verbas inadimplidas durante a execução contratual. Diante da insolvência da empregadora, os trabalhadores requereram a responsabilização subsidiária da tomadora de serviços, alegando falha na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas.

Considerando a Súmula 331 do TST e o entendimento fixado pelo Supremo Tribunal Federal na ADC 16, assinale a alternativa correta.

- (A) A responsabilidade subsidiária da tomadora de serviços decorre automaticamente do inadimplemento das obrigações trabalhistas pela prestadora de serviços.
- (B) A tomadora de serviços responde subsidiariamente sempre que demonstrada culpa exclusiva na escolha da prestadora de serviços, ainda que tenha fiscalizado regularmente o contrato administrativo.
- (C) A terceirização de atividade-fim gera responsabilidade solidária automática da tomadora de serviços.
- (D) A celebração de contrato administrativo mediante licitação afasta, por si só, a responsabilidade subsidiária da Administração Pública.
- (E) Comprovada a conduta culposa da tomadora de serviços na fiscalização do contrato, sua responsabilidade subsidiária abrange as verbas decorrentes da condenação referentes ao período da prestação laboral.

DIREITO AMBIENTAL E URBANÍSTICO

43. A Lei da Política Nacional do Meio Ambiente prevê instrumentos econômicos, como a servidão ambiental, cujo detentor poderá aliená-la, cedê-la ou transferi-la, total ou parcialmente, por prazo determinado ou em caráter definitivo, em favor de outro proprietário ou de entidade pública ou privada que tenha a conservação ambiental como fim social.

Nesse contexto, o detentor da servidão ambiental terá, dentre outras obrigações previstas no contrato respectivo, o dever de

- (A) manter a área sob servidão ambiental.
- (B) prestar contas ao proprietário do imóvel serviente sobre as condições dos recursos naturais ou artificiais.
- (C) permitir a inspeção e a fiscalização da área pelo proprietário da servidão ambiental.
- (D) monitorar periodicamente a propriedade para verificar se a servidão ambiental está sendo mantida.
- (E) defender a posse indireta da área serviente, por meio das ações dominiais.

44. Sobre o Estatuto da Cidade, Lei nº 10.257/01, que regulamentou os art. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelecendo normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental, afirma-se que

- (A) estabelece regras gerais para a gestão dos Municípios, deixando para a União a definição de sua própria política urbana.
- (B) se aplica a todo o território nacional, devendo os Municípios, responsáveis pela definição das respectivas políticas de desenvolvimento urbano, buscar obrigatoriamente o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e o bem-estar dos seus habitantes.
- (C) quanto ao planejamento, fixou diretrizes específicas de política urbana e rural, com variantes que se justificam pelas características locais.
- (D) há participação da sociedade nas decisões e acompanhamento de atividades relativas ao planejamento, sobretudo no Plano Diretor, excluídas audiências públicas sobre processos de implantação de empreendimentos.
- (E) contempla controle social, garantida a participação de comunidades, movimentos e entidades da sociedade civil, quando houver ou não dispêndio de recursos pelos Poderes Públicos, no âmbito municipal e estadual, em parcerias estabelecidas para a aplicação dos instrumentos fixados na Lei nº 10.257/01.

45. Acerca das regras que disciplinam a intervenção em Áreas de Preservação Permanente (APP) e a consolidação de situações em áreas urbanas, bem como o entendimento sumulado do Superior Tribunal de Justiça (STJ) sobre a responsabilidade civil ambiental, assinale a alternativa correta.

- (A) O adquirente de imóvel degradado exime-se da obrigação de recompor a Reserva Legal ou a Área de Preservação Permanente se comprovar que o desmatamento foi realizado pelo proprietário anterior, dada a natureza pessoal da sanção administrativa.
- (B) A teoria do fato consumado aplica-se amplamente ao Direito Ambiental e Urbanístico, de modo que ocupações históricas em margens de rios urbanos geram direito adquirido à manutenção das edificações, sobrepondo-se às restrições do Código Florestal.
- (C) A obrigação de recuperar a degradação ambiental possui natureza *propter rem*, o que legitima o redirecionamento do dever de recomposição ao proprietário ou possuidor atual, independentemente de ter sido ele o autor direto do dano material.
- (D) O regime de proteção das áreas rurais consolidadas, instituído pelo Código Florestal de 2012 com o marco temporal de julho de 2008, foi integralmente declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal por violar de forma absoluta o princípio da proibição do retrocesso ecológico.
- (E) As restrições relativas às Áreas de Preservação Permanente aplicam-se exclusivamente aos imóveis rurais, cabendo ao Estatuto da Cidade a regulação integral e flexível do uso do solo nas franjas urbanas e bacias hidrográficas das cidades.

46. João tem três filhos: Maria, José e Joaquim, todos maiores e capazes. Joaquim sempre gostou de ficar na casa de campo de João que, em razão disso, a vendeu a ele pelo valor de mercado, por meio de escritura pública, no ano de 2021, ainda não levada a registro. Não houve o consentimento de José e Maria para a venda, razão pela qual pretendem impugnar a venda feita pelo pai ao irmão.

Acerca do caso hipotético, pode-se corretamente afirmar que

- (A) a venda realizada por João a Joaquim é válida, tendo em vista que todos os demais filhos daquele são capazes, e o negócio jurídico se deu pelo valor de mercado.
- (B) há nulidade absoluta na venda realizada que pode ser impugnada a qualquer tempo.
- (C) a venda é anulável e sua desconstituição pode ser impugnada perante o Judiciário, tendo em vista que o prazo decadencial somente começa a contar do registro.
- (D) houve a prescrição da pretensão de anular a venda, tendo em vista que já decorreu prazo superior a quatro anos da celebração do negócio jurídico.
- (E) houve a decadência do exercício do direito de anular a venda, tendo em vista que já decorreu prazo superior a quatro anos da celebração do negócio jurídico.

47. Mateus era devedor de quantia em dinheiro para Pedro. A dívida era de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Isadora, irmã de Mateus, pagou, em seu próprio nome, a integralidade do valor devido por este a Pedro. Mateus não sabia do pagamento realizado pela irmã. A dívida estava prescrita, pois constituída e vencida há mais de vinte anos.

Acerca do caso hipotético, assinale a alternativa correta.

- (A) Como a dívida estava prescrita, tanto Isadora como Mateus possuem o direito de reaver a quantia paga.
- (B) Como Mateus possuía meios para elidir eventual cobrança da dívida, não há qualquer dever de Mateus de reembolsar o valor pago a Isadora.
- (C) Pedro não poderia ter aceitado o pagamento feito por terceiro, razão pela qual deve restituir o valor recebido, salvo se Mateus ratificar o pagamento realizado por Isadora.
- (D) O pagamento feito por Isadora proporciona a ela o direito de se subrogar nos direitos do Pedro.
- (E) O pagamento feito por Isadora fica sujeito à condição suspensiva de eficácia dependendo a aprovação expressa ou tácita de Mateus em até quinze dias úteis.

48. O Conselho de Arquitetura e Urbanismo comprou um terreno sem edificações. Constatou da escritura pública que o terreno possuía uma extensão de 980 m² e que as referências às dimensões era meramente enunciativa. Ao iniciar as obras de edificação no terreno, apurou-se que a metragem real era de 900 m².

Acerca do caso hipotético, pode-se corretamente afirmar que

- (A) não há qualquer direito a exigir complemento de área ou compensação pelo valor pago, tendo em vista que, pelas características da venda, esta pode ser considerada *ad corpus*.
- (B) como constatou da escritura pública a metragem do terreno, deve o vendedor devolver o valor correspondente à diferença apurada, pois a venda pode ser considerada *ad mensuram*.
- (C) a venda não pode ser considerada *ad corpus*, pois esta modalidade depende expressa previsão na escritura pública.
- (D) no caso, não há direito a exigir qualquer compensação pela diferença apurada, pois a diferença de metragem é inferior a 8% da área informada.
- (E) tendo em vista o princípio da conservação dos negócios jurídicos, não é possível rescindir o negócio jurídico, pois a diferença apurada é irrelevante, cabendo, contudo, indenização proporcional à diferença apurada e indenização pela desvalorização do remanescente.

49. Tendo em vista o entendimento atual do Supremo Tribunal Federal acerca da responsabilidade civil dos notários e registradores, assinale a alternativa correta.

- (A) A responsabilidade civil dos notários e registradores é objetiva e afasta a possibilidade do Estado responder pelos atos por eles praticados, salvo comprovada omissão ou culpa no dever de fiscalização da atividade delegada.
- (B) O Estado responde, objetivamente, pelos atos dos tabeliães e registradores oficiais que, no exercício de suas funções, causem dano a terceiros, assentado o dever de regresso contra o responsável, nos casos de dolo ou culpa, sob pena de improbidade administrativa.
- (C) O tabelião e registrador não podem ser pessoalmente responsabilizados pelos seus atos, cabendo ao prejudicado acionar o Estado que, por sua vez, poderá, em caso de dolo ou culpa do responsável, ajuizar a ação de regresso.
- (D) A responsabilidade civil dos notários e registradores é subjetiva e afasta a possibilidade do Estado responder pelos atos por eles praticados, salvo comprovada omissão ou culpa no dever de fiscalização da atividade delegada.
- (E) O tabelião e registrador podem ser pessoalmente responsabilizados pelos seus atos, cabendo ao prejudicado escolher entre acionar o Estado ou o responsável, e, caso escolha acionar este, aquele não mais poderá ser responsabilizado.

50. Acerca da Lei de Regularização Fundiária, Lei nº 13.465/17, estabelece-se que

- (A) dispõe sobre a regularização fundiária urbana e rural, sem alterar a Lei nº 8.629/1993, que trata da regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária.
- (B) institui normas gerais e procedimentos aplicáveis à Regularização Fundiária Urbana (Reurb), a qual abrange medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais destinadas à incorporação dos núcleos urbanos informais ao ordenamento territorial urbano e à titulação de seus ocupantes.
- (C) os poderes públicos formularão e desenvolverão no espaço urbano as políticas de suas competências para a Reurb, dispensando-se a observância aos princípios de sustentabilidade ambiental em prol da priorização exclusiva da eficiência e da funcionalidade econômica da ocupação do solo.
- (D) na Regularização Fundiária Urbana, a Lei definiu que o projeto de regularização fundiária pode dispensar as características da ocupação e da área ocupada, devendo, todavia, identificar parâmetros urbanísticos e socioambientais de aplicação geral.
- (E) o projeto urbanístico de regularização fundiária deve conter, no mínimo, dentre outros, cronograma físico de serviços e implantação de obras de infraestrutura global, compensações econômicas, quando houver, definidas por ocasião da etapa de execução do projeto de regularização fundiária.

51. O Estatuto do Idoso, Lei nº 10.741/03, estabelece, como um dos direitos fundamentais, o da habitação.

Nesse contexto, à pessoa idosa, tem-se que

- (A) nos programas habitacionais, públicos ou subsidiados com recursos públicos, ela goza de prioridade na aquisição de imóvel para moradia própria, observada a reserva de 10% (dez por cento) das unidades residenciais para atendimento aos idosos.
- (B) toda instituição dedicada ao atendimento à pessoa idosa fica obrigada a manter identificação externa visível, sob pena de advertência e perda de benefícios fiscais.
- (C) as instituições que a abrigar são obrigadas a manter padrões de habitação proporcional às exigências dela e de sua família, dispensado o dever de prover alimentação regular, cuja incumbência mantém-se com a família.
- (D) a assistência integral na modalidade de entidade de longa permanência será prestada quando verificada inexistência de grupo familiar, casa-lar, abandono ou carência de recursos financeiros próprios ou da família.
- (E) as unidades residenciais reservadas para atendimento a pessoas idosas devem situar-se nos andares mais próximos ao solo, sem prejuízo da instalação de elevadores para facilitação do acesso.

52. No que concerne aos direitos básicos do consumidor, à responsabilidade pelo fato do produto e do serviço, e à disciplina jurídica dos contratos de consumo, assinale a alternativa correta de acordo com as normas vigentes.

- (A) A inversão do ônus da prova, por se tratar de um direito básico do consumidor aplicável de forma automática a toda e qualquer relação de consumo, independe de análise judicial sobre a verossimilhança da alegação ou a hipossuficiência do requerente.
- (B) O comerciante responde de forma solidária e direta, em igualdade de condições com o fabricante, pelos danos causados aos consumidores por defeitos decorrentes de fabricação ou fórmulas do produto, ainda que o fabricante seja perfeitamente identificado.
- (C) O direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação caduca em 30 (trinta) dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos não duráveis, e em 90 (noventa) dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos duráveis.
- (D) A ignorância do fornecedor sobre os vícios de qualidade por inadequação dos produtos e serviços exime-o da responsabilidade objetiva prevista no Código de Defesa do Consumidor, desde que comprovada a sua boa-fé objetiva na relação contratual.
- (E) O consumidor pode desistir do contrato, no prazo de até 15 (quinze) dias a contar de sua assinatura ou do ato de recebimento do produto, sempre que a contratação de fornecimento de produtos e serviços ocorrer dentro do estabelecimento comercial físico.

53. No que se refere aos direitos fundamentais e às garantias de acessibilidade e igualdade asseguradas pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência, afirma-se que

- (A) a pessoa com deficiência tem direito a receber atendimento prioritário, o que engloba, em caráter absoluto, a tramitação processual e a restituição de imposto de renda, sobrepondo-se inclusive à prioridade conferida aos idosos com mais de oitenta anos.
- (B) a acessibilidade é um direito fundamental que vincula exclusivamente o Poder Público na prestação de serviços públicos, restando desobrigadas as entidades privadas ou os estabelecimentos comerciais de adaptar suas estruturas físicas.
- (C) o processo de habilitação e de reabilitação da pessoa com deficiência tem por objetivo o desenvolvimento de potencialidades e talentos, devendo ser prestado por meio de equipe multidisciplinar de forma temporária, vedada a sua renovação continuada sob pena de assistencialismo.
- (D) os programas de estímulo ao empreendedorismo e ao trabalho autônomo, incluídos o cooperativismo e o associativismo, devem prever a participação da pessoa com deficiência e a disponibilização de linhas de crédito, quando necessárias.
- (E) nos programas habitacionais públicos ou subsidiados com recursos públicos, a pessoa com deficiência ou o seu responsável goza de prioridade na aquisição de imóvel para moradia própria, reservando-se para esse fim o percentual mínimo de 5% e com máximo de 10% das unidades.

54. O Município A instituiu, por meio da Lei Municipal nº 4.872, publicada em 15 de outubro de 2024, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025, a majoração da alíquota do Imposto sobre Serviços (ISS) incidente sobre os serviços de agenciamento de viagens, elevando-a de 3% para 5%. No mesmo diploma legal, reduziu-se a base de cálculo do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) mediante a exclusão de benfeitorias edificadas após a aquisição do imóvel pelo alienante, como forma de incentivar a atualização dos ativos imobiliários no território do Município. A empresa X Ltda., contribuinte do ISS, e o Sr. Heitor A., adquirente de imóvel com benfeitorias recentes, questionam judicialmente os efeitos da norma.

Diante do exposto, à luz da Constituição Federal e da jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que

- (A) a majoração da alíquota do ISS submete-se exclusivamente ao princípio da anterioridade anual, podendo ser exigida a partir de 1º de janeiro de 2025, ao passo que a redução da base de cálculo do ITBI dispensa observância de qualquer anterioridade.
- (B) tanto a majoração da alíquota do ISS quanto a redução da base de cálculo do ITBI submetem-se cumulativamente às anterioridades anual e nonagesimal, vedada a cobrança antes de decorridos noventa dias e do exercício seguinte.
- (C) a majoração da alíquota do ISS submete-se cumulativamente às anterioridades anual e nonagesimal, somente podendo ser exigida após 90 dias contados da publicação da lei, enquanto a redução da base de cálculo do ITBI, por configurar minoração de tributo, prescinde de observância das anterioridades.
- (D) a redução da base de cálculo do ITBI submete-se à anterioridade nonagesimal por equivaler materialmente à majoração indireta da carga tributária, ao passo que a majoração da alíquota do ISS observa apenas a anterioridade anual.
- (E) a alteração das alíquotas do ISS é matéria reservada à lei complementar nacional, sendo formalmente inconstitucional a Lei Municipal nº 4.872 quanto a esse ponto, independentemente da observância do princípio da anterioridade.

55. A sociedade empresária ABC Ltda. adquiriu, em 12 de março de 2025, o estabelecimento industrial pertencente à XYZ Ltda., dando continuidade à exploração da mesma atividade econômica. Apurou-se, posteriormente, a existência de débitos de ISS relativos a fatos geradores ocorridos entre janeiro de 2022 e dezembro de 2024, praticados pelo estabelecimento industrial adquirido. Cerca de 120 dias após a alienação, a XYZ Ltda. retomou a exploração de atividade no mesmo ramo industrial, em outro endereço.

Considerando o disposto no Código Tributário Nacional, é correto afirmar que a ABC Ltda. responde:

- (A) integralmente pelos tributos relativos ao estabelecimento adquirido, ficando a alienante exonerada de qualquer responsabilidade tributária pelos débitos pretéritos.
- (B) subsidiariamente pelos tributos relativos ao fundo de comércio adquirido, prosseguindo a alienante na exploração da mesma atividade, independentemente do prazo em que retomada.
- (C) integralmente pelos tributos relativos ao fundo de comércio adquirido, uma vez que a alienante somente reiniciou a exploração da atividade após o decurso de mais de três meses da alienação.
- (D) solidariamente com a alienante pelos tributos relativos ao estabelecimento, porquanto ainda que a alienante continuasse atividade em ramo diverso, isso não afastaria a responsabilidade integral do adquirente.
- (E) subsidiariamente pelos tributos relativos ao estabelecimento adquirido, respondendo a alienante em primeiro plano, em razão de ter retomado a exploração da mesma atividade dentro de seis meses contados da alienação.

56. Acerca do lançamento tributário e suas modalidades, à luz do Código Tributário Nacional, é correto afirmar que

- (A) o lançamento por homologação caracteriza-se pelo dever do sujeito passivo de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa, operando-se a homologação tácita pelo decurso do prazo de cinco anos contados da ocorrência do fato gerador, salvo comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação.
- (B) o lançamento de ofício é a modalidade aplicável exclusivamente aos tributos cujo fato gerador depende de declaração prestada pelo sujeito passivo, sendo o IPTU exemplo típico dessa espécie.
- (C) a revisão do lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo pode ser efetuada de ofício pela autoridade administrativa a qualquer tempo, dispensada a observância de prazo decadencial, em razão do princípio da supremacia do interesse público.
- (D) no lançamento por declaração, a autoridade administrativa procede ao lançamento com base exclusivamente em informações constantes de seus próprios cadastros, dispensando qualquer manifestação do sujeito passivo.
- (E) a entrega de declaração pelo contribuinte reconhecendo débito fiscal constitui o crédito tributário, sendo desnecessária qualquer outra providência por parte do Fisco, o que afasta a aplicação do prazo decadencial para constituição e atrai o prazo prescricional contado sempre da data do vencimento da obrigação.

57. A sociedade empresária TUX S.A. teve seu processamento de recuperação judicial deferido em 5 de fevereiro de 2024, perante a 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital. Em 18 de abril de 2025, o Município de São Paulo ajuizou execução fiscal para cobrança de ISS relativo a fatos geradores ocorridos em 2022 e 2023, no valor de R\$ 4.300.000,00, requerendo a penhora de maquinário essencial à atividade produtiva da executada.

Considerando o regime instituído pela Lei nº 6.830/1980 e pela Lei nº 11.101/2005, é correto afirmar que

- (A) o deferimento do processamento da recuperação judicial suspende automaticamente as execuções fiscais em curso contra a recuperanda, devendo o juízo da execução fiscal extinguir o feito e remeter os créditos ao juízo recuperacional para inclusão no quadro geral de credores.
- (B) os créditos tributários não se sujeitam à recuperação judicial e prosseguem suas execuções fiscais perante o juízo competente, cabendo, contudo, ao juízo da recuperação judicial o controle dos atos de constrição que comprometam o cumprimento do plano de superamento, mediante substituição da penhora sobre bens essenciais à atividade empresarial.
- (C) os créditos tributários submetem-se ao juízo universal da recuperação judicial, desde que assim solicitado pelo executado mediante petição dirigida ao juízo da recuperação, o qual determinará então a coligação processual.
- (D) a execução fiscal deve prosseguir integralmente perante o juízo competente, sendo absoluta a competência da Fazenda Pública para promover a constrição de quaisquer bens da recuperanda, ainda que essenciais à atividade produtiva, em razão da supremacia do crédito tributário.
- (E) ajuizada a execução fiscal posteriormente ao deferimento da recuperação judicial, opera-se a competência exclusiva do juízo recuperacional para conhecer de qualquer pretensão fazendária, inclusive em relação a constrição de bens do ativo permanente da companhia em recuperação.

58. Heloísa, arquiteta e urbanista regularmente registrada no CAU/SP, foi contratada para elaborar e executar projeto de instalações elétricas de baixa tensão em edificação residencial. Identificou, então, a existência de norma do CAU/BR que reconhece tal atividade como compartilhada entre arquitetos e urbanistas e engenheiros eletricistas, ao passo que ato normativo do CONFEA reserva a atividade, com exclusividade, aos engenheiros. Inexiste, até o momento, resolução conjunta entre os dois Conselhos sobre o tema, tampouco decisão arbitral ou judicial.

À luz do regime da Lei nº 12.378/2010, é correto afirmar que

- (A) a controvérsia deverá ser dirimida, em caráter definitivo, pelo CONFEA, em razão da anterioridade histórica de sua regulamentação profissional, ficando o CAU/BR impedido de fiscalizar a atividade enquanto não editada a resolução conjunta.
- (B) enquanto não editada a resolução conjunta, prevalecerá automaticamente a norma do Conselho que estabeleça a regra mais restritiva, em homenagem ao princípio da segurança jurídica e à proteção do consumidor dos serviços técnicos.
- (C) Heloísa poderá exercer a atividade, pois, na hipótese de contradição entre normas do CAU/BR e de outro Conselho profissional sobre o campo de atuação, enquanto não editada resolução conjunta ou resolvida a controvérsia por arbitragem ou judicialmente, aplicar-se-á a norma do Conselho que garanta ao profissional a maior margem de atuação.
- (D) a fiscalização do exercício profissional de Heloísa, no caso, competirá ao CONFEA e aos CREAs, em virtude de a atividade ser compartilhada com outra área profissional, cabendo ao CAU apenas o registro do profissional.
- (E) o impasse normativo será resolvido, em última instância, exclusivamente pelo Poder Judiciário, sendo vedada às partes a submissão da controvérsia ao juízo arbitral por se tratar de matéria de ordem pública.

59. Marina L., arquiteta italiana, sem domicílio no Brasil, diplomada pelo Instituto Politecnico di Milano, instituição de ensino superior oficialmente reconhecida pelo Poder Público, foi contratada por sociedade de prestação de serviços de arquitetura e urbanismo, com sede em São Paulo, para participar, por prazo determinado de 18 (dezoito) meses, do desenvolvimento de projeto de requalificação de centro histórico em Município paulista. A contratante, regularmente registrada no CAU/SP, requereu ao Conselho a inscrição da profissional estrangeira em caráter excepcional.

À luz do regime estabelecido pela Lei nº 12.378/2010, é correto afirmar que

- (A) o registro de Marina L. no CAU/SP é juridicamente inviável, pois somente podem obter inscrição os portadores de diploma de graduação obtido em instituição nacional de ensino superior oficialmente reconhecida pelo poder público, vedada inscrição de profissional estrangeiro.
- (B) eventual registro deferido a Marina L. pelo CAU/SP a habilitará a exercer a profissão exclusivamente no território do Estado de São Paulo, sendo necessário registro adicional em cada CAU/UF onde pretenda atuar, ainda que de modo eventual.
- (C) o registro excepcional de profissional estrangeiro sem domicílio no País é vedado pela Lei nº 12.378/2010, sendo imprescindível a fixação de residência em território nacional como requisito para a inscrição no CAU.
- (D) somente caracteriza exercício ilegal da profissão de arquiteto e urbanista a prática efetiva de atos privativos por pessoa física ou jurídica sem registro no CAU, não bastando, para tal caracterização, a mera apresentação como arquiteto e urbanista ou como sociedade do ramo.
- (E) a concessão do registro a Marina L. é condicionada à efetiva participação de arquiteto e urbanista ou de sociedade de arquitetos, com registro no CAU estadual ou no Distrito Federal e com domicílio no País, no acompanhamento de todas as fases das atividades a serem por ela desenvolvidas.

60. Sofia R., recém-nomeada Coordenadora de Gestão de Pessoas do CAU/SP, foi designada para auxiliar na implementação da Política Institucional de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio e à Discriminação. Durante reunião com a Comissão de Políticas Afirmativas (CPAF-CAU/SP), surgiu controvérsia conceitual a respeito das premissas teóricas que fundamentam o *compliance* anti-discriminatório adotado pelo Conselho, especialmente quanto à distinção entre os princípios da igualdade e da equidade.

Considerando a Política Institucional de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio e à Discriminação do CAU/SP, assinale a alternativa correta.

- (A) Os conceitos de igualdade e de equidade são empregados pela Política como sinônimos, ambos baseados na ideia de universalidade, a partir da qual todas as pessoas devem ser submetidas exatamente às mesmas regras, direitos e oportunidades, sem qualquer diferenciação.
- (B) A equidade busca balancear, na medida do possível, o desequilíbrio histórico existente nas relações sociais, considerando as diferentes oportunidades e características individuais, o que significa dar às pessoas o que elas precisam para que todos tenham acesso às mesmas oportunidades.
- (C) A Política Institucional não reconhece a existência do chamado “racismo institucional”, restringindo-se a tratar das condutas discriminatórias diretas e intencionais praticadas individualmente por colaboradores, em razão da ausência de fundamento normativo para o reconhecimento de discriminações estruturais no ordenamento jurídico brasileiro.
- (D) O *compliance* antidiscriminatório, conforme delineado pela Política, restringe-se à análise das irregularidades relacionadas à corrupção, discriminação por gênero e ao assédio, sendo vedada à instituição a adoção de objetivos especializados em matéria de diversidade racial, religiosidade ou orientação sexual, sob pena de invasão da esfera privada dos colaboradores.
- (E) O princípio da igualdade se relaciona ao *compliance* antidiscriminatório, na medida em que se caracteriza pelo tratamento diferenciado entre as partes da organização, levando em consideração as suas individualidades, direitos, deveres, necessidades, interesses e expectativas.

